



DIMENSÃO: SEGURANÇA DE RENDA NA PANDEMIA
SUBDIMENSÃO: SEGURANÇA DE RENDA AUXÍLIO EMERGENCIAL NA RELAÇÃO COM O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CADÚNICO

INDICADOR: Taxa de beneficiários EXTRACAD em relação ao total de beneficiários do Auxílio Emergencial

DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVAS	USOS	LIMITAÇÕES
<p>Taxa de beneficiários do Auxílio Emergencial não cadastrados no Cadastro Único da Assistência Social.</p> <p>Os resultados foram escalonados (normalizados) com o objetivo de colocar os resultados dentro do intervalo de 0 e 1.</p>	<p>A taxa indica a proporção de beneficiários do Auxílio Emergencial que não estavam cadastradas no Cadastro Único da Assistência Social</p> <p>Este agrupamento é caracterizado por cidadãos maiores de 18 anos, com exceção de mães com menos de 18 anos, que estivessem desempregados ou exercendo atividades na condição de Microempreendedores individuais (MEI); contribuintes individuais da Previdência Social ou trabalhadores Informais.</p> <p>Sendo critério de acesso ainda, possuir renda familiar per capita até meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total fosse de</p>	<p>O indicador permite mensurar o impacto que o contexto de pandemia provocou na sociedade, com aumento da desigualdade social, pobreza e insegurança alimentar; requisitando do Poder Estatal ações com vistas a proteção social.</p> <p>Releva a necessidade de ações estatais urgentes para atender o público beneficiário do Auxílio Emergencial via Extracad, ingresso no SUAS e demais políticas setoriais.</p>	<p>A produção e divulgação do indicador poderá subsidiar políticas públicas e sinalizar ações prioritárias a serem implementadas segundo perfil do grupo e/ou localidade geográfica.</p> <p>Contribui com o gestor na tomada de decisão.</p> <p>Contribuir com os técnicos e setores de vigilância na prevenção e mitigação de riscos para essa população mais vulnerável em seu território de vivência.</p>	<p>A gestão do Auxílio Emergencial é realizada pelo Ministério da Cidadania, o qual é o ordenador de despesas de implementação do benefício, sendo os recursos financeiros advindos do orçamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Dentre as atribuições do Ministério da Cidadania está o compartilhamento da base cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único - CADÚNICO com a empresa pública federal de processamento de dados. Contudo, o Ministério da Economia atua de forma conjunta com o Ministério da Cidadania, na definição dos critérios para a identificação dos beneficiários do Auxílio Emergencial; autorizando o</p>



	até três salários mínimos (R\$ 3.135,00).			<p>uso das bases de dados oficiais para a verificação dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, repassando o resultado dos cruzamentos realizados à instituição financeira pública federal responsável.</p> <p>A CAIXA atua como agente operador materializando o pagamento do auxílio financeiros que origem no Fundo Público, com a mediação do Ministério da Cidadania.</p> <p>Contudo, o trânsito de informações para comunicação e incorporação dessa população nos serviços de proteção social no âmbito do SUAS se darão somente com o seu cadastramento no Cadastro Único da Assistência Social.</p>
UNIDADE DE ANÁLISE/ REFERÊNCIA TEMPORAL	CATEGORIAS SUGERIDAS PARA ANÁLISE	FONTE	DADOS ESTATÍSTICOS E COMENTÁRIOS	
Município/ 2020	Unidades geográficas regionais (mesorregião, microrregião do estado).	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?g=2 BRASIL. Vis Data 3 Beta. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGIVIS		



		<p>DATA 3 beta. Brasília. Ministério da Cidadania. Disponível: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?q=2&ag=e&sag=25&codigo=0. Em: 12 de out de 2020.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020 que regulamenta a Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. Disponível: https://www.in.gov.br/en/web/do/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958. Em: 13 de out de 2020.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020 que prorroga o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. Disponível: https://www.in.gov.br/en/web/do/-/decreto-n-10.412-de-30-de-junho-de-2020-264424956. Em; 13 de out de 2020.</p>	
MÉTODO DE CÁLCULO			
$X = \frac{\text{Quantidade de pessoas recebendo via ExtraCad no município}}{\text{Total de pessoas recebendo Auxílio Emergencial no município}}$			